



## **CONTRIBUIÇÕES DE UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CENÁRIO POLÍTICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO**

**Leonardo Saraiva<sup>1</sup>**  
xleosaraiva@usp.br

**Paula Cristiane Strina Juliasz<sup>2</sup>**  
paulacsj@usp.br

### **Resumo**

O presente texto tem por objetivo descrever os resultados da pesquisa de Iniciação Científica (IC) denominada “Perspectivas de um estudo de caso sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cenário político e educacional brasileiro”. Em um primeiro momento, dissertaremos brevemente sobre o panorama geral da EJA enquanto política pública nacional voltada para a erradicação do analfabetismo. Em seguida, buscaremos problematizar o debate sob uma perspectiva escalar, contrapondo a eficiência dessas políticas de acordo com o nível de abrangência das mesmas, partindo do coletivo, o território brasileiro, para o individual, a unidade escolar. Na sequência, convencidos da tarefa de ampliar o grau de detalhamento por meio de uma análise inscrita no território da escola, apresentaremos os resultados obtidos por meio da pesquisa quali-quantitativa realizada com os estudantes do CIEJA Paulo Emílio Vanzolini. O objetivo central dessa pesquisa foi reconhecer as principais características que mais bem descrevem o perfil discente, sem perder de vista os elementos que compõem uma análise geográfica, como o território, a renda, a identidade e a vida no contexto urbano. Por fim, discutida a diversidade dos aspectos socioeconômicos e identitários que foram observados, relacionaremos os achados da pesquisa com alguns fatores sociais do presente que minam a permanência estudantil na EJA, descrevendo novas barreiras e reforçando desigualdades que ainda se projetam contra a permanência estudantil.

**Palavras-chave:** Educação; EJA; Analfabetismo.

### **Introdução**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) figura no cenário político e educacional brasileiro como uma modalidade de ensino constitucionalmente garantida a todas as pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos de nível básico no tempo previsto. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) considera a alfabetização de jovens e adultos o ponto de partida para a erradicação do analfabetismo no país (Brasil, 2001). Isso posto, a EJA assume o desafio de alfabetizar tanto os adultos e idosos que não cursaram o

<sup>1</sup> Estudante de Graduação em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pelo CNPq, agência a qual somos gratos, entre os anos de 2024 e 2025.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), mestra e graduada (bacharel e licenciatura) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Rio Claro). Professora Doutora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), além de orientadora do presente projeto de pesquisa.



ensino básico na idade própria quanto os jovens que evadiram e ainda evadem a escola. Vale lembrar que esse desafio inclui não apenas os 11,4 milhões de brasileiros totalmente analfabetos (IBGE, 2022), como também os 61,9 milhões que não concluíram os estudos. Com efeito, mais de 72 milhões de pessoas (Brasil, 2022), teriam o direito de retornar à escola, uma vez que tanto o Nível Fundamental quanto o Médio são abrangidos por esta modalidade.

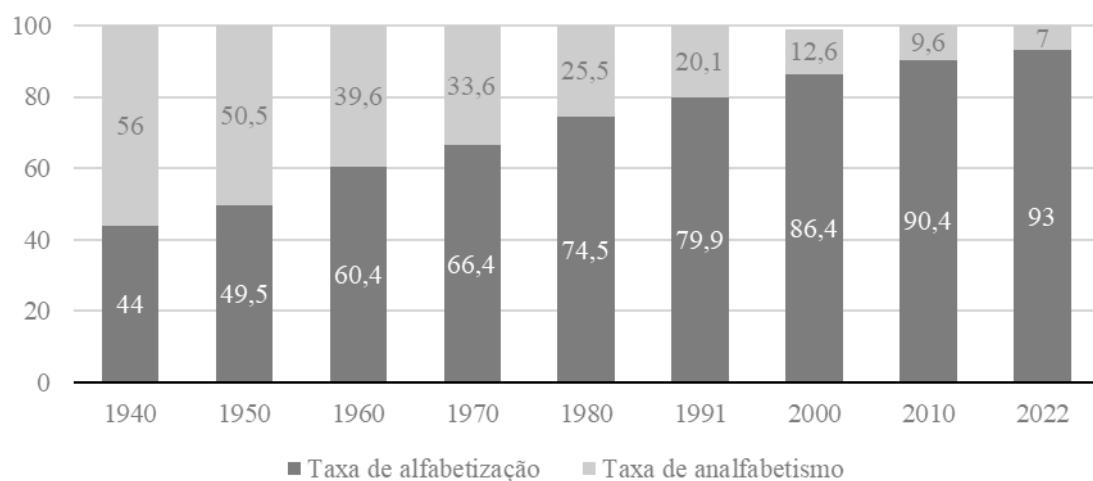
Segundo o mesmo Plano, o número expressivo de pessoas não alfabetizadas e daquelas que não se formaram no tempo previsto é proveniente do “déficit de atendimento no ensino fundamental” acumulado ao longo dos anos (Brasil, 2001). Ainda que reconheça “desigualdades regionais” somadas à “concentração de população analfabeta” em determinadas porções do território brasileiro (*ibid*), a legislação não aprofunda a escala das desigualdades nem as descreve com maior criticidade. Ao limitar o discurso com dados numéricos sobre as diferentes taxas de alfabetização entre o urbano e o rural, entre homens e mulheres, entre as cinco regiões do país e, ainda, entre as diferentes faixas etárias, o PNE deixava de explorar outras questões que estão diretamente relacionadas aos aspectos históricos e geográficos do analfabetismo e da evasão escolar no cenário político e educacional brasileiro. A exemplo disso, estão a intersecção de fatores que muitas vezes são invisibilizados por uma perspectiva escalar baseada nas regiões ou no território nacional como um todo, dentre os quais cabe citar os marcadores sociais de diferença, como o racismo, o machismo e a xenofobia, os motivadores individuais da evasão escolar, a jornada de trabalho dos estudantes, os problemas de mobilidade urbana, a inadequação dos Projetos Políticos-Pedagógicos e entre outros.

Comparando as estatísticas decenais sobre o analfabetismo no Brasil (Gráfico 1), nota-se que as taxas de redução têm sido cada vez menores desde a promulgação do primeiro Plano Nacional de Educação, em 1962. Se por um lado, no início dos anos 2000, o percentual da população analfabeta era de 13,6%, ou 17,6 milhões de pessoas (IBGE, 2000, p. 43), por outro, a meta proposta pelo PNE tinha a ambição de “alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo” (Brasil, 2001). Segundo os dados do censo de 2010, porém, essa taxa decaiu apenas para 9,6%, (Brasil, 2011, p. 84) estando muito abaixo do esperado. No decênio 2011-2020, os registros foram ainda mais aquém do desejado, com um decréscimo de apenas 2,6%, de tal sorte que 7,0% da



população brasileira, ou 11,4 milhões de pessoas, ainda não saiba ler e escrever (Brasil, 2024, p. 32).

**Gráfico 1:** Taxas de alfabetização/analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024. Elaboração: o autor.

Muito embora os números não representem por completo o retrato da eficiência ou da quantidade de políticas públicas voltadas para a EJA, podemos reconhecer que as estratégias atuais não são suficientes. É possível, ainda, que a maneira pela qual esse problema vem sendo enfrentado também seja responsável pelo retardo na redução das taxas. A visão patológica que recai sobre o analfabetismo, enquanto problema passível de “erradicação”, culminou na elaboração de políticas profiláticas para as novas gerações (Di Pierro, 2010), isto é, de políticas capazes de prevenir o analfabetismo por meio da alfabetização das crianças matriculadas na escola no tempo presente. Por conseguinte, a questão dos analfabetos e das pessoas com baixos índices de escolarização deixou de ser vista como um problema atual, socialmente produzido e profundamente estruturado sobre um rol de desigualdades que afetam milhões de pessoas, sobretudo as que vivem em situação de extrema pobreza.

Destarte, é importante deixar claro que não desconsideramos a pertinência dos estudos e políticas que já foram produzidos em benefício da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da pesquisa acadêmica e da ação governamental. No entanto, acreditamos que esses esforços carecem de uma escala mais ampliada, isto é, de uma perspectiva de detalhe na qual seja possível priorizar uma aproximação com os sujeitos diretamente impactados por essas ações. Trata-se, pois, de uma nova possibilidade de enfrentamento do analfabetismo centrada nas particularidades que caracterizam cada unidade escolar, isto é, de uma análise capaz de



diagnosticar as principais potencialidades e fragilidades da EJA a partir da própria comunidade discente do entorno escolar.

Convencidos sobre a importância de ampliar o grau de detalhamento, elaboramos uma pesquisa de caráter quali-quantitativo (Creswell, 2010) que se desenvolveu em um estudo de caso realizado no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Paulo Emílio Vanzolini, localizado na Zona Central da cidade de São Paulo, no distrito do Cambuci. O objetivo central dessa pesquisa foi reconhecer as principais características que mais bem descrevem o perfil discente por meio de um recenseamento escolar, dentre as quais cabe citar a cidade e estado de origem dos estudantes, a autoidentificação de gênero e raça, os principais problemas de saúde e diagnósticos de deficiências, a renda média familiar, o tipo de ocupação, o uso e o tempo gasto no transporte público, as relações de bairro, etc. Ainda que o levantamento desses dados tenha um caráter essencialmente estatístico, a pesquisa não abriu mão dos elementos que compõem uma análise geográfica, estando apoiada no conceito de território como fundamento das atividades humanas e do “exercício da vida” (Santos, 1999), ao lado das questões que dizem respeito à identidade, a renda e ao modo de vida urbano dos estudantes.

### **Desenvolvimento da pesquisa e procedimentos metodológicos**

A pesquisa com os estudantes do CIEJA Paulo Emílio Vanzolini desenvolveu-se em dois momentos principais: o primeiro foi dedicado à realização das entrevistas quantitativas e, o segundo, às entrevistas qualitativas. Os mais de 5 mil dados obtidos no primeiro momento derivam da participação de 177 estudantes e foram utilizados não apenas para descrever a comunidade discente, como também para auxiliar a seleção de um conjunto de variáveis que foram destinchadas na segunda etapa da pesquisa, quais sejam: gênero, raça e renda. Todas as atividades foram realizadas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da FFLCH/USP e da Diretoria Regional de Ensino (DRE) do Ipiranga, tendo como precaução a garantia de que nenhum dos participantes fossem identificados. Após a anuência do comitê e da diretora regional, a data do recenseamento foi combinada com a coordenação e abrangeu estudantes matriculados em todos os períodos letivos, das 07h30 até as 22h15.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos, o recenseamento ocorreu mediante a distribuição de cópias de um questionário-padrão, cujo conteúdo e estrutura foram baseados

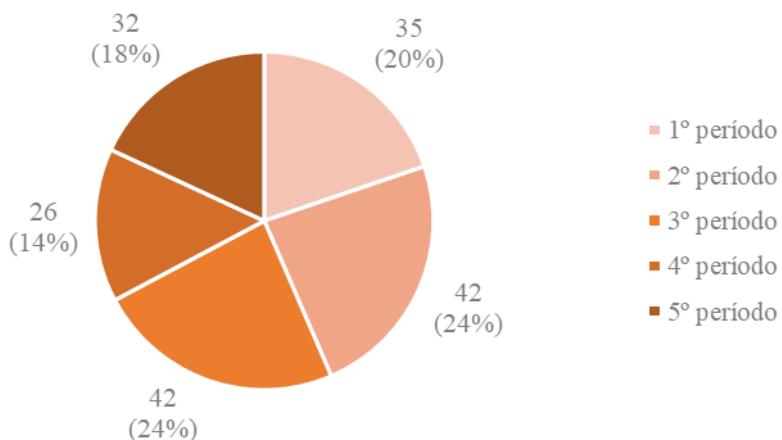


no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de compatibilizar a objetividade das respostas com uma análise estatística descritiva e com os depoimentos das entrevistas qualitativas, considerando também a possibilidade de resumir, organizar e descrever informações sobre a comunidade discente. Ao longo das 15 vezes em que a pesquisa foi executada em diferentes turmas, todas as 27 perguntas do questionário foram lidas em voz alta para os estudantes, que as respondiam simultaneamente. Considerando que, até a data do recenseamento, havia 678 estudantes matriculados na unidade escolar em estudo, calcula-se que nossa amostra representa 26,11% desse total.

### **Descrição dos resultados: recenseamento escolar e levantamento de dados quantitativos**

O primeiro dado a ser discutido diz respeito à distribuição dos estudantes ao longo dos cinco períodos oferecidos diariamente pela escola (Gráfico 2): das 07h30 às 09h45 (1º período), das 10h00 ao 12h15 (2º período), das 15h00 às 17h15 (3º período), das 17h30 às 19h45 (4º período) e das 20h00 às 22h15 (5º período). O período matutino desponta como o mais frequentado pela maioria dos estudantes (77), seguido pelo noturno (58) e pelo vespertino (42).

**Gráfico 2:** Número de estudantes por período letivo.



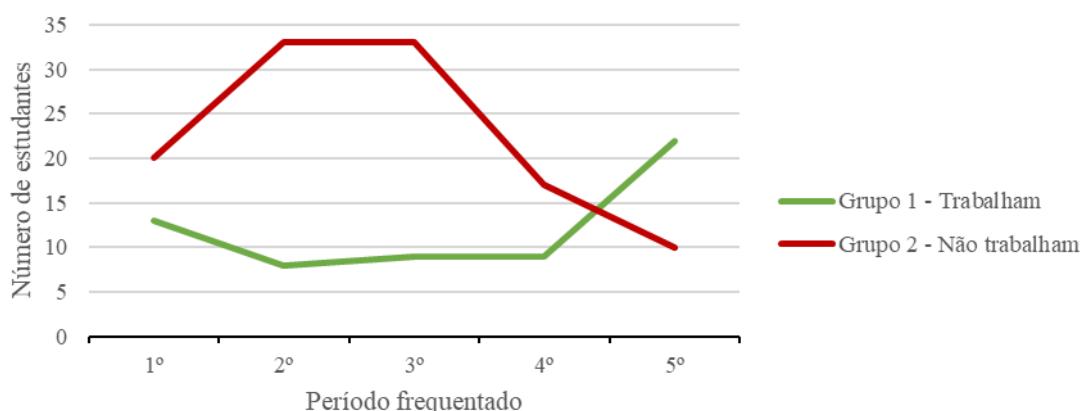
Elaboração: o autor.

Ainda sobre o período frequentado, notamos que a distribuição dos estudantes se altera ao longo do dia conforme consideramos a ocupação. De modo geral, o número de estudantes trabalhadores (Grupo 1 – Trabalham) é inversamente proporcional ao número de estudantes que não trabalham (Grupo 2 – Não trabalham) (Gráfico 3), evidenciando a preferência do



primeiro grupo pelos dois períodos noturnos e do segundo grupo pelos turnos matutino e vespertino. Para a maioria dos estudantes trabalhadores, portanto, a frequência na escola só se torna possível após terminar o expediente no trabalho. Para os demais, é possível que a escolha se justifique simplesmente pelo gosto ou pela maior disposição para estudar de manhã ou à tarde.

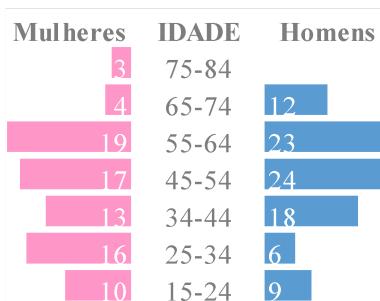
**Gráfico 3:** Número de estudantes por período frequentado e ocupação.



Elaboração: o autor.

Levando em consideração o público atendido pela escola e os processos recentes de juvenilização da EJA (Oliveira; Costa, 2020), era esperado uma ampla variação das faixas etárias. Embora os adultos com idade entre 35 e 64 anos sejam maioria (64%), os jovens formam um grupo numeroso de 41 estudantes (23%) matriculados na escola. Quando consideramos a distribuição da pirâmide etária por sexo, nota-se que a distribuição entre homens e mulheres assume um caráter assimétrico (Gráfico 4):

**Gráfico 4:** Pirâmide etária dos estudantes matriculados no CIEJA Paulo Emílio Vanzolini.



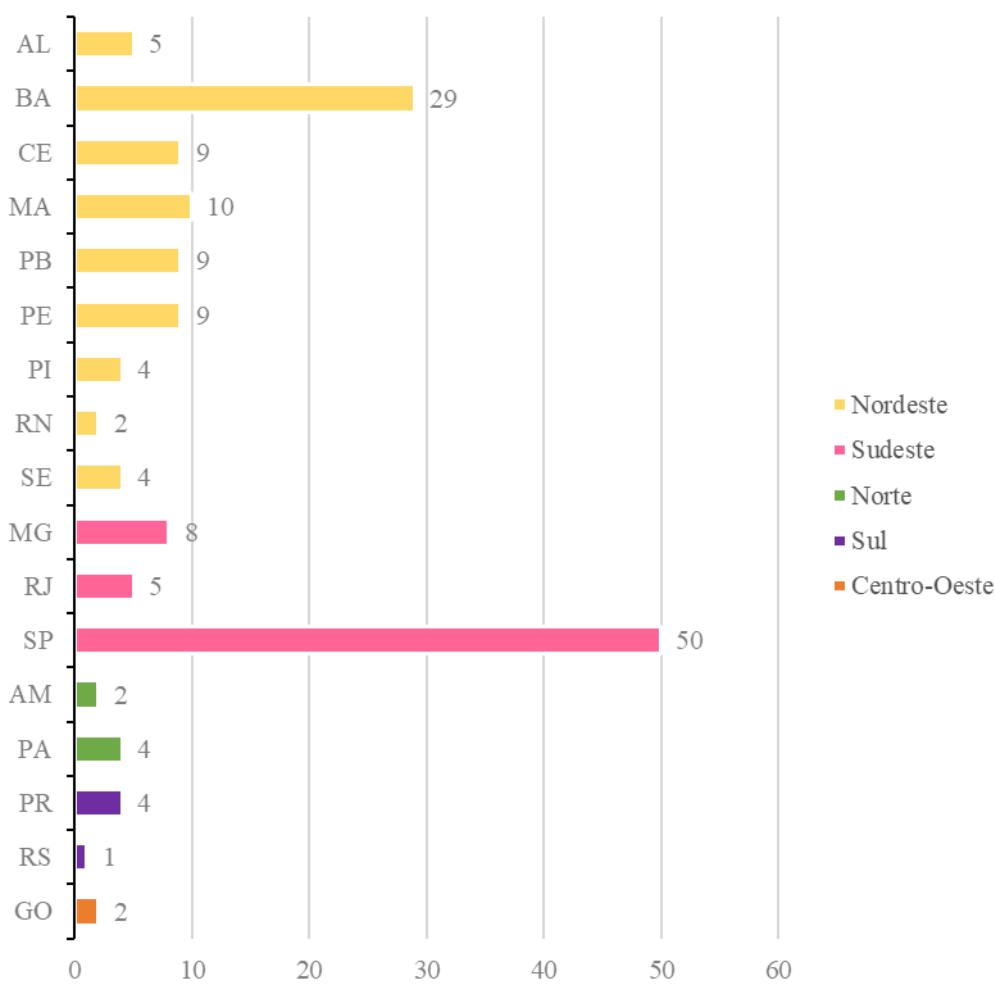
Elaboração: o autor.



Com base nos dados acima, vê-se que o número de mulheres mais jovens excede o número de homens com a mesma faixa etária. Das 26 mulheres com idade entre 15 e 34 anos, 11 afirmaram ter interrompido os estudos por razões ligadas a “questões familiares”, casamento ou gravidez. Essa constatação evidencia o peso das atividades ligadas às responsabilidades domésticas sobre a evasão do público feminino, interferindo diretamente na participação das mulheres na escola (Narvaz; Sant’Anna; Tesseler, 2013). No que diz respeito aos idosos, ambos os sexos registraram diminuição no número de estudantes matriculados, havendo uma ligeira predominância de homens no grupo etário com 65 anos ou mais.

Além dos aspectos de gênero, a pesquisa também se debruçou sobre o estado de origem dos entrevistados (Gráfico 5) com o intuito de reconhecer os fluxos migratórios que descrevem a trajetória de vida dos estudantes migrantes. O levantamento apontou que apesar de os paulistas serem maioria, há mais estudantes nordestinos (81) do que estudantes provenientes da região sudeste (63). Embora não existam pesquisas que tratem especificamente dos nordestinos analfabetos que atualmente residem em São Paulo, os dados revelam que a migração, quando ocorrida entre os estudantes do CIEJA, foi acompanhada por fatores que expressam desigualdades no acesso à educação em outros estados, como a ausência de vagas ou escolas.

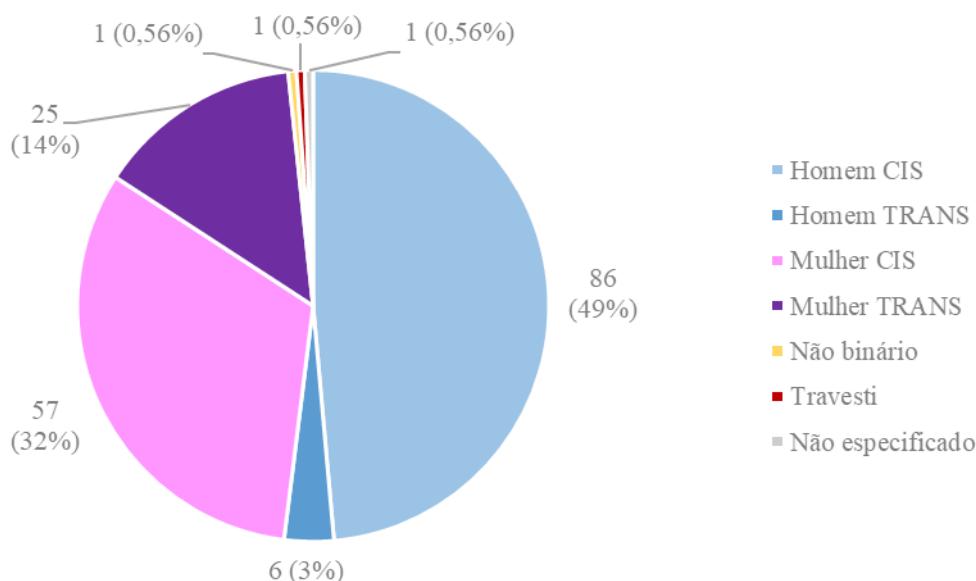
**Gráfico 5:** Número de estudantes por estado de origem.



Elaboração: o autor.

A respeito do gênero, a pesquisa demonstrou que a distribuição de homens e mulheres é relativamente a mesma, com uma ligeira predominância de estudantes homens. Quando consideramos apenas as pessoas transexuais, o número de Mulheres TRANS é quase cinco vezes maior que o número de Homens TRANS (Gráfico 6).

**Gráfico 6:** Número de estudantes por sexo.

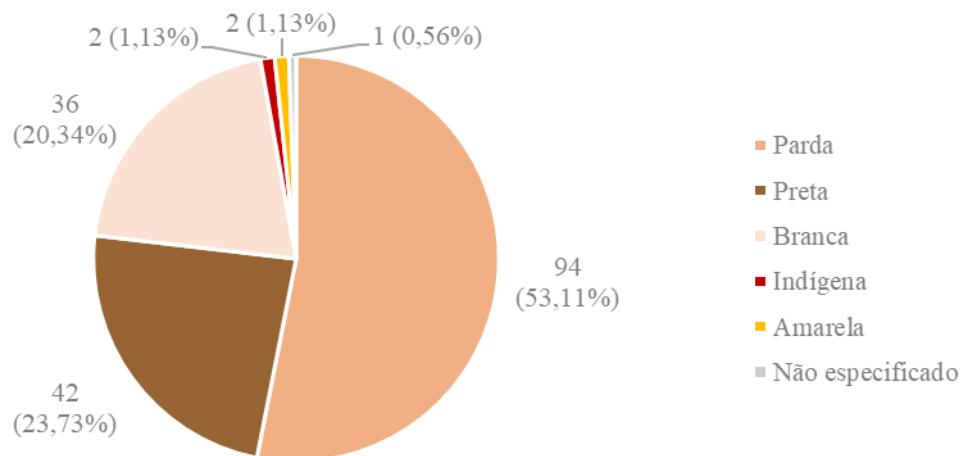


Elaboração: o autor.

É válido ressaltar que o CIEJA Paulo Emílio Vanzolini é uma escola popularmente reconhecida pelo acolhimento de pessoas assistidas por programas sociais da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo, dentre os quais estão o Programa Operação Trabalho (POT) e o Programa Transcidadania. Em ambos os casos, os beneficiários são assistidos por uma bolsa-auxílio como forma de promover a (re)inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Tratando-se da distribuição de acordo com a raça (Gráfico 7), notou-se que mais da metade dos estudantes autodeclara-se como pardos (53,11%), seguido de pretos (23,73%), brancos (20,34%), amarelos (1,13%) e indígenas (1,13%). Consideramos ainda a presença de um estudante que marcou duas opções no questionário, para o qual designamos a opção “Não especificado”, tendo em vista a inexatidão expressa ao assinalar as opções “parda” e “indígena”. Sobre esses dados, nossa análise constatou que a proporção racial dos estudantes matriculados na escola em muito se difere da distribuição atual da população brasileira por cor ou raça de acordo com o IBGE (2023), que é de 45,3% para pardos, 43,5% para brancos e 10,2% para pretos, além de 0,6% para indígenas e 0,4% para amarelos.

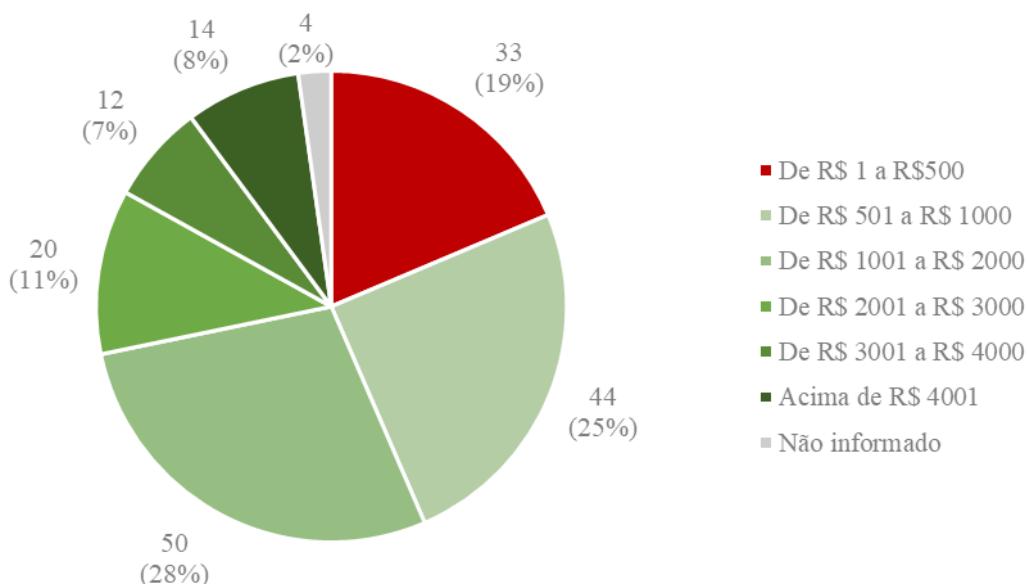
**Gráfico 7:** Número de estudantes por etnia/raça.



Elaboração: o autor.

Para além dessas variáveis, a renda dos estudantes também foi interesse de nosso estudo. A pesquisa demonstrou que, dos 177 entrevistados, 134 são os principais contribuintes da renda mensal domiciliar. Considerando os 127 estudantes que vivem com menos de R\$ 2.000,00 por mês (Gráfico 8), 110 são beneficiários de programas sociais, desempregados ou autônomos.

**Gráfico 8:** Renda média domiciliar por estudante



Elaboração: o autor.

Essa constatação vai profundamente ao encontro do que diz Miguel Arroyo (2007) sobre a insegurança que caracteriza a vida laboral de muitos estudantes da EJA, os quais



vivem – ou melhor, sobrevivem – da informalidade e do subemprego, com pouca ou nenhuma perspectiva de futuro em virtude das incertezas que alimentam o tempo presente. O cenário torna-se ainda mais delicado quando se consideram os 33 estudantes (19%) que afirmaram viver com menos de meio salário mínimo por mês, tratando-se, portanto, do grupo que mais se aproxima do nível de extrema pobreza.

### **Descrição dos resultados: entrevistas semiestruturadas e dados qualitativos**

Após reunir um volume substancial de dados por meio da pesquisa quantitativa, elaboramos, na segunda etapa do trabalho, um roteiro semiestruturado de entrevistas com o intuito de buscar informações que não puderam ser diagnosticadas numericamente. Entre as mais de trinta variáveis reunidas pelo levantamento censitário, escolhemos três para orientar nosso roteiro, quais sejam: gênero, raça e renda. Na ausência dos dados quantitativos, não teríamos, portanto, as variáveis necessárias para subsidiar as entrevistas semiestruturadas e, na ausência destas, reduziríamos nossa pesquisa a uma análise meramente estatística, sem dar voz e ouvidos aos sujeitos que dela fizeram parte. Devido as limitações de espaço que são próprias deste artigo, restringiremos a discussão dos dados qualitativos a seus aspectos mais gerais, sem transcrever nem aprofundar as falas dos entrevistados.

A análise das seis entrevistas que foram realizadas por ocasião da segunda etapa da pesquisa permitiu identificar um passado comum de vulnerabilidade em todas as trajetórias escolares, sobretudo no que diz respeito à falta de suporte familiar e às formas de preconceito, evidenciando a natureza da evasão a partir de fatores intrínsecos e extrínsecos. Em se tratando dos fatores intrínsecos, listam-se a dificuldade de aprender a escrever e a falta de interesse pela escola. Tratando-se dos fatores extrínsecos, listam-se os conflitos familiares, a transfobia e a necessidade precoce de trabalhar como os principais motivadores da evasão.

Passando para o presente, notamos que a vulnerabilidade persiste sob traços distintos, embora todos eles derivem dos marcadores sociais de diferença (gênero e raça) e das condições socioeconômicas de cada estudante, sobretudo dos trabalhadores informais (ambulantes) e dos beneficiários de bolsas-auxílio. Além disso, vimos que as condições de transporte urbano também se relacionam diretamente com a permanência dos estudantes mais vulneráveis. A gratuidade da tarifa no transporte público (ônibus, trem ou metrô) concedida por meio do Bilhete Único do Estudante (BUE) representa, para todos os entrevistados, uma grande economia nas contas do mês, viabilizando outros gastos básicos do cotidiano.



Para concluir, retomamos a crítica apresentada no início deste artigo em relação ao discurso patologizante que recai sobre o analfabetismo. Quando nos prendemos às metas de erradicação, corremos o risco de obscurecer as causas sociais que limitam o acesso à educação, como a persistência da desigualdade e o agravamento da vulnerabilidade em diferentes contextos histórico-espaciais. Nesse sentido, reitera-se um projeto de EJA voltada para os fracassados escolares, em vez de ser reconhecida como um direito dos sujeitos historicamente excluídos, cuja diversidade buscamos evidenciar ao longo deste trabalho.

### **Considerações finais**

A partir da exposição dos resultados colhidos pelo censo escolar e das discussões que foram propostas, buscamos evidenciar as principais características que representam o perfil discente do CIEJA Paulo Emílio Vanzolini. Em nossos dizeres, buscamos valorizar uma nova forma de enfrentamento do analfabetismo por meio de uma escala de análise centrada no próprio território escolar. A diversidade dos sujeitos e os traços de vulnerabilidade social que perfazem suas trajetórias receberam um destaque especial em nosso trabalho, mostrando-se fundamentais para a elaboração de políticas públicas. Amparado pela representação gráfica dos resultados, o recenseamento escolar se mostrou capaz de subsidiar outros trabalhos e de levantar novas discussões centradas na escola. Se por um lado acreditamos ter alcançado os objetivos almejados pela pesquisa, por outro, reconhecemos que as possibilidades desse debate não foram esgotadas e que muitas outras análises ainda podem surgir.

À guisa de conclusão, todas as etapas do presente trabalho revelaram a potência de pesquisas censitárias no âmbito da escola, tendo em vista seu olhar objetivo e a acurácia dos dados em prol de iniciativas que contribuem para o aprimoramento do ensino. Considerando os objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, buscamos aproveitar o contato e a imersão no ambiente escolar como uma forma de produzir pesquisa não apenas *sobre* a escola, mas *com* a escola e *para* a escola. Isso posto, esperamos que esta leitura seja capaz de despertar novas iniciativas endereçadas às nossas instituições e compromissadas com a promoção de um espírito público, socialmente justo e mais democrático de ensino.

### **Referências bibliográficas**

ARROYO, M. G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, ago, 2007.



**BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei Federal nº 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

**BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).** Brasília: TSE, 2022. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=7328375491882>>. Acesso em: 03 set. 2025.

**CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**DI PIERRO, M. C.** A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939959, jul. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300015>. Acesso em: 04 set. 2025.

**IBGE. Censo Demográfico 2000:** Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

**IBGE. Censo Demográfico 2010:** Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

**IBGE. Censo demográfico 2022:** Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

**IBGE. Censo Demográfico 2022:** Alfabetização: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

**OLIVEIRA, M. da C. C. V. B. de; COSTA, G. dos S.** A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades curriculares. **Práxis Educativa**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 42, p. 48-77, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i42.7336>. Acesso em: 03 set. 2025.

**NARVAZ, M. G.; SANT'ANNA, S. M. L.; TESSELER, F. A.** Gênero e Educação de Jovens e Adultos: a histórica exclusão das mulheres nos espaços de saber-poder. **Diálogo**, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diologo/article/view/917>>. Acesso em: 05 set. 2025.

**SANTOS, M.** “O dinheiro e o território”. **GEOgraphia**, Niterói: v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. DOI: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>>. Acesso em: 04 set. 2025.